



CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL
CNPJ 35.834.967/0001-53 INSC.MUN. 1221493-6

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

À FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC

A/C Comissão Permanente de Licitação

CP nº 002/2021

Ref: processo SEI-260005/000037/2021

FAETEC	
PROTOCOLO CENTRAL	
Entrada:	08/106/10021
Hora:	13:40
Rubrica:	mm

Milton Oliveira Varão
Gerente de Área
17/10/2021
13:40

CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., já qualificada no bojo do processo em epígrafe, vem, por meio de seu procurador infra-assinado (mandato em index 17011535), com espeque no artigo 109, I, “a”, da Lei federal nº 8.666/1993, interpor **RECURSO** em face da decisão de inabilitação (indexador 17618238 do SEI-260005/000037/2021), da lavra da Comissão de Licitação do CP nº 002/2021.

A empresa recorrente foi habilitada quanto a qualificação técnica [index 17483524], e econômico-financeira [index 17559588], todavia, inabilitada neste certame, conforme ata do resultado da habilitação [index 17618238], por este motivo:

CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitido a [sic] mais de 90 dias, em consulta ao sitio da receita federal foi observada a alteração do mesmo [sic], motivo pelo qual esta comissão não pode autenticar tal documento, comprovante de inscrição e situação cadastral Municipal não se encontra autenticada e não é possível realizar a consulta de autenticidade, comprovante de inscrição e situação cadastral Estadual não se encontra autenticada e não é possível realizar a autenticidade da mesma, pois em consulta ao site da SEFAZ obtivemos documento diferente do apresentado [index 17618238, página 2]

Em síntese, pois, a Comissão anota três óbices que implicariam a inabilitação da CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL:

Rua Senador Dantas nº07 – 10º andar/Parte – Centro - Rio de Janeiro- RJ - CEP: 20031-202
Tel.: (21) 2220-3295 / 2220-6653 E-mail: coneeng@coneeng.com.br





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

- (i) prova de inscrição no CNPJ;
- (ii) comprovante de inscrição e situação cadastral Municipal e
- (iii) comprovante de inscrição e situação cadastral Estadual.

Como se demonstrará, tais óbices são, além de absolutamente irrelevantes, ilegais para fins de inabilitação. Constata-se, ainda, que, por tal motivo (comprovante de situação cadastral não autenticado) outros dois licitantes foram inabilitados¹.

Na referida ata da sessão de habilitação, a comissão anotou, ainda, o seguinte:

Registra-se ainda que as empresas [...] manifestaram intenção de interpor recurso, dessa forma, a Comissão faz constar que ante a manifestação de interposição de recurso, na forma do item 16.1 as referidas empresas terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, até o dia 08 de junho de 2021, para apresentação dos referidos recursos no Protocolo Central da FAETEC/PROCEN.

Preliminarmente, vale anotar que, neste parágrafo final da referida ata produzida pela comissão de licitação, há dois equívocos: (i) a manifestação da intenção de recurso não é requisito para a interposição de recurso e (ii) não se pode condicionar a protocolização de recursos apenas presencialmente.

Em primeiro lugar, em sede de modalidade *concorrência*, não existe a figura da “intenção de recurso” prevista apenas e tão-somente para a modalidade pregão eletrônico.

Ainda que assim não fosse, tal figura só existe [no pregão eletrônico] após a declaração do vencedor (art. 44, caput, do Decreto federal nº 10.024/2020), sendo certo que, na presente *concorrência* houve apenas a fase de habilitação, ou seja, ainda não houve a fase de julgamento. Nada obstante, nem mesmo o edital condiciona a interposição de recursos à manifestação prévia da

¹ ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA e AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA.





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

intenção de recorrer, e, ainda que o fizesse, a disposição editalícia seria, à toda evidência, ilegal, considerando, inclusive, a inexistência de norma federal ou estadual que imponha tal pressuposto recursal intrínseco.

Em segundo lugar, ainda que a comissão não tenha condicionado a apresentação de recursos *apenas* no PROCEN/FAETEC, vale salientar que o SEI é, por força do Decreto estadual nº 46.730/2019, art. 1º, sistema oficial de autuação, produção e tramitação de documentos e processos administrativos e, desde 31/03/2020, à exceção das empresas estatais (art. 1º, § 2º), nenhum órgão ou entidade pode realizar a tramitação de documentos fora do ambiente do SEI (art. 2º, p. ú.).

Ademais, em tempos de covid-19, se se exigisse a protocolização exclusivamente presencial de recursos, haveria aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração (art. 3º, caput, Lei federal nº 8.666/1993).

Passa-se, enfim, à inabilitação.

Existem, no mínimo, 5 razões para o provimento deste recurso. Confira-se.

Em primeiro lugar, os comprovantes de inscrição e situação cadastral Municipal e Estadual foram apresentados em suas versões *originais*, o que afasta a própria necessidade de exame de autenticidade. Isto porque o caput do art. 32 da Lei 8.666/1993 reserva a autenticação apenas e tão-somente quando os *documentos necessários à habilitação* são apresentados em cópia e, neste caso, tal exame – da cópia – pode ser feito “por cartório competente ou por servidor da administração”.

Elementar: comprovantes de situação cadastral e certidões emitidas no site do órgão emissor são comprovantes e certidões originais, porque emitidos na origem. Isto é, o comprovante de inscrição e situação cadastral Municipal e o Estadual foram apresentados em suas versões *originais*.





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

Em segundo lugar, certidões são *atos administrativos*, inclusive categorizados na na clássica doutrina como atos administrativos *enunciativos*, e, sendo atos administrativos, gozam do atributo da *presunção de veracidade*, também denominada de *presunção de legitimidade*.

Assim é que a certidão ou o comprovante de situação cadastral, na forma eletrônica, são aptos a gerar efeitos (eficaz para os fins da licitação), enquanto sua invalidade não for reconhecida pelo órgão competente, sendo certo que, no presente processo, não há absolutamente nenhum indício de que os órgãos emissores do Município e do Estado tenham reconhecido a inautenticidade da situação cadastral.

A comissão de licitação nem ao menos cita meios informais que poderiam minimamente fazer vislumbrar que o comprovante de inscrição e situação cadastral Municipal e o Estadual não são autênticos.

E, se não fossem autênticos, a comissão de licitação deveria adotar, com a ora recorrente, a mesma postura tomada em relação a empresa GRUPO JOAL (página 2 de index 17618238), para fins de instauração de procedimento tendente à aplicação de penalidade. Ali, há *elementos indiciários* de que a certidão da PGFN não é verdadeira, isto é, não é autêntica.

No caso da recorrente, bem como de outros dois licitantes, o que se tem é mera afirmação da comissão nestes dois sentidos: “não se encontra autenticada e não é possível realizar a autenticidade da mesma”, e “não se encontra autenticada e não é possível realizar a consulta de autenticidade”.

A certidão, pois, presume-se legítima, isto é, no caso concreto da recorrente: autêntica.

O fato de à comissão de licitação não ser possível realizar a consulta de autenticidade não pode inabilitar o recorrente.





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

Em terceiro lugar, em matéria de exame, pela comissão de licitação, acerca da “prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal” (art. 29, II, Lei 8.666/1993), equivale a da “prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal” (art. 29, III, Lei 8.666/1993).

Assim, em que pese seja medida cautelosa o condicionamento da aceitação das certidões emitidas pela internet à verificação de sua autenticidade, só poderia haver inabilitação se houvesse *desconformidade* entre a certidão apresentada pelo licitante e a obtida pela comissão em razão da diligência *comprovadamente* realizada por esta, ou seja, somente caso as informações constantes da certidão apresentada pelo licitante não se confirmem.

Em quarto lugar, para evitar este tipo de filigrana tendente a eliminar licitantes, o art. 12, inciso IV, da nova lei de licitações (Lei federal nº 14.133/2021), também fala em “prova de autenticidade *de cópia*”, permitindo, inclusive, atualmente, a “declaração de autenticidade por advogado”.

Aliás, o dispositivo legal prevê que “a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular *poderá* ser feita perante agente da Administração”; em outras 149 ocasiões o legislador utilizou, na nova lei, o verbo *deverá*; não quanto à prova de autenticidade de cópia.

A previsão da faculdade da prova da autenticidade –para “*cópia* de documento público ou particular” – sofreu tal flexibilização na nova lei exatamente para prestigiar o princípio da *motivação* (art. 5º, caput, da Lei federal nº 14.133/2021), o qual encontra previsão implícita em diversas normas da Lei federal nº 8.666/1993 e previsão expressa no art. 2º da Lei estadual nº 5.427/2009.



Rua Senador Dantas nº07 – 10º andar/Parte – Centro - Rio de Janeiro- RJ - CEP: 20031-202
Tel.: (21) 2220-3295 / 2220-6653 E-mail: coneeng@coneeng.com.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

Em quinto lugar, ingressando no ponto da *inexistência* ou na *nulidade* da motivação da decisão inabilitadora, como dito, o fato de à comissão de licitação não ser possível realizar a consulta de autenticidade, na sessão de habilitação, não pode prejudicar o recorrente, exatamente porque tal motivação é *inexistente*, ou, no mínimo, *nula*, eis que ausente a observância do ônus da prova de afastar a sobredita presunção de legitimidade da inscrição no CNPJ e no comprovante de inscrição e situação cadastral Municipal e Estadual.

Com efeito, a única motivação válida *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito* do licitante (art. 373, II, do Código de Processo Civil, aplicável ao processo administrativo por força do art. 15 do CPC) seria a demonstração cabal, pela comissão de licitação, de que não há, por mais paradoxal e inacreditável que seja, inscrição no CNPJ e inscrição e situação cadastral Municipal e Estadual.

Ao contrário do que aconteceu, por exemplo, com relação a certidão federal apresentada pelo GRUPO JOAL, em nenhum momento a comissão de licitação reconheceu a inautenticidade da inscrição no CNPJ e da inscrição e situação cadastral Municipal e Estadual do recorrente, tal como em nenhum momento constituiu prova de que no caso dos outros dois licitantes igualmente prejudicados tais documentos apresentados são inautênticos. Aliás, inautenticidade, se margeia a falsidade ou a tentativa de ludibriar, deveria acarretar postura até mais enérgica da comissão de licitação.

O que não pode ocorrer é a inabilitação porque não lhe foi possível realizar a consulta de autenticidade.

Ainda neste ponto da motivação, o edital consta no index 15444908, e, no subitem 6.4.1, prevê seguinte:

Rua Senador Dantas nº07 – 10º andar/Parte – Centro - Rio de Janeiro- RJ - CEP: 20031-260
Tel.: (21) 2220-3295 / 2220-6653 E-mail: coneeng@coneeng.com.br





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

- a. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

Especificamente quanto à Prova de inscrição no CNPJ, a comissão anotou que foi “emitido a [sic] mais de 90 dias”. Ora, não há sequer estabelecimento de prazo neste quesito. Nem se diga que se aplica o subitem 6.8.1 porque ele é especificamente dedicado a certidões. E em licitação nenhuma no país exige-se *certidão* de inscrição no CNPJ. O presente edital, tal como, na prática, qualquer edital, contenta-se com *prova* de inscrição no CNPJ – e para tanto basta a emissão no famoso site da RFB – o que foi feito em index 17033022, página 18.

Ainda quanto ao CNPJ, a comissão anotou que “em consulta ao sítio da receita federal foi observada a alteração do mesmo [???]”. Ora, não só nunca houve alteração como, mesmo que houvesse alteração, tal não implicaria em inabilitação em certame.

Especificamente quanto a Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, ainda que o doc de fls. 19/20 do referido index 17033022 não esteja autenticado – e comissão de licitação anotou que “não é possível realizar a consulta de autenticidade”. Trata-se de documento original. Ainda que assim não fosse, bastaria acessar <http://www.rio.rj.gov.br/web/smf/exibeconteudo?id=5113667>, onde seria remetida para <http://dief.rio.rj.gov.br/smf/certecweb/pesquisa.asp>, e inserir o CNPJ.

Especificamente quanto a Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, anotou-se igualmente que “não é possível realizar a consulta de autenticidade”, no entanto, com o acréscimo de que “pois em consulta ao site da SEFAZ obtivemos documento diferente do apresentado”. Ou seja, a comissão de licitação entende que o doc de fl. 22 do multirreferido index 17033022 é diferente [???] do que obteve em consulta ao site da SEFAZ. Ocorre que se trata de doc. rigorosamente idêntico ao acessar:

Rua Senador Dantas nº07 – 10º andar/Parte – Centro - Rio de Janeiro- RJ - CEP: 20031-282
Tel.: (21) 2220-3295 / 2220-6653 E-mail: conceng@conceng.com.br





CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL
CNPJ 35.834.967/0001-53 INSC.MUN. 1221493-6

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_structure/servicos?datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC196285&_afrLoop=42208484706860703&_afrWindowMode=0&_afrWindowId=259id9jdy&_adf.ctrl-state=1dna134zr4_38 e clicar no campo “Consulta Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (CISC)”, donde seria remetido para <http://www4.fazenda.rj.gov.br/sincad-web/index.jsf> donde, inserindo-se o CNPJ, chegaria ao mesmíssimo documento index 17033022, página 22.

Nada obstante, ainda que se tratasse realmente de “documento diferente do apresentado [pelo licitante]”, o *conteúdo* do ato deve sobrelevar a *forma* do ato, mesmo porque provas – e certidões – podem assumir diferentes formas, mas, o conteúdo deve ser, essencialmente, o mesmo. Ainda que um se tratasse de original – e, portanto, não autenticado, justamente porque despendi a autenticação – e o outro de certidão online.

Diante do exposto, requer-se, cf. ata de index 17618238, a revogação da inabilitação da CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Nestes termos, pede-se deferimento.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2021.


CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
ALEX LUÍS PEREIRA NETO
CPF 101.136.927-30



Rua Senador Dantas nº07 – 10º andar/Parte – Centro - Rio de Janeiro- RJ - CEP: 20031-202
Tel.: (21) 2220-3295 / 2220-6653 E-mail: coneeng@coneeng.com.br